



PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO

REINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E DA DESCARBONIZAÇÃO

RELATORES:

Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

Deputado Dr. Luiz Ovando (PP/MS)

I. CONTEXTO E MOTIVAÇÃO

O contexto mundial de políticas públicas e planos de desenvolvimento econômico e social mostra que as principais economias têm realizado políticas industriais ativas para a reindustrialização ou o emparelhamento frente à fronteira tecnológica, buscando aproveitar as tecnologias da Indústria 4.0 e a transição energética e ambiental, bem como criar empregos de qualidade e reduzir desigualdades.

Esse pano de fundo internacional traz grande complexidade para os países em desenvolvimento e em especial o Brasil. A concorrência e as barreiras produtivas e tecnológicas tornam-se maiores, em particular diante de políticas dos países mais ricos destinadas a internalizar os industriais estratégicos que haviam sido perdidos ou terceirizados. O processo de desglobalização desde 2008, em que o comércio mundial de bens e serviços e os investimentos estrangeiros diretos têm recuado como proporção do PIB

mundial, e políticas das maiores economias que desconsideram regras multilaterais no comércio e nas finanças internacionais trazem mais desafios ao Brasil¹.

A sociedade brasileira tem sofrido com desindustrialização prematura, que representa recuo da indústria de transformação quando a economia ainda não alcançou nível elevado de renda. Segundo o IBGE, a indústria de transformação passou de 19,9% no valor adicionado bruto em 1947 para um máximo de 35,9% em 1985, exibindo queda subsequente, até a marca de 12,3% obtida em 2020.

A comparação internacional torna-se indispensável para o entendimento da posição industrial brasileira. Observa-se que o País detinha a 9ª indústria no mundo em 1995, ao passo que, em 2021, retrocedeu para a 15ª posição, passando de 2,8% do valor adicionado da indústria mundial para 1,3% nesse período. A pauta exportadora brasileira ainda revela expressiva regressão, com forte queda de produtos industriais e crescente dependência de *commodities* agrícolas e minerais².

Mesmo com esse retrocesso, o Brasil ainda pertence ao pequeno grupo das maiores indústrias do mundo e tem capacidade para retomar sua participação. No entanto, na ausência de políticas específicas o País pode perder ainda mais, em um cenário de aumento da concorrência e da proteção das indústrias pelo mundo.

Sem uma indústria sofisticada, que traz consigo serviços avançados e especializados e impulsiona o avanço agrícola, não há desenvolvimento econômico e social para uma economia como a brasileira. A indústria de transformação tem mais capacidade de puxar o crescimento de outros setores e de disseminar progresso tecnológico. Com efeito, cada R\$ 1,00 produzido na indústria geral e na indústria de transformação gera, respectivamente, R\$ 2,70 e R\$ 2,44 na economia brasileira, ao passo que cada

¹ Ver, por exemplo, Lima e Nazareno (2023).

² Ver, por exemplo, a respeito de dados sobre a indústria brasileira, Lima (2023).

R\$ 1,00 na agropecuária e no comércio e serviços gera, respectivamente, R\$ 1,72 e R\$ 1,48, de acordo com a CNI³.

Segundo o recente Estudo da Retomada econômica e geração de emprego e renda no pós-pandemia deste CEDES, é necessário planejamento de longo prazo para a transformação estrutural do Brasil em direção a uma economia com mais geração de valor, emprego e renda. Para tanto, diversas oportunidades também se abrem com a necessidade de transição energética e descarbonização da economia.

Entre os setores industriais, aqueles relacionados com tecnologias transversais e com influência disseminada sobre a economia, como químico, farmacêutico, eletroeletrônico, telecomunicações, máquinas e equipamentos, automotivo e equipamentos de transporte, além daqueles vinculados a áreas sensíveis, como a saúde, devem ser prioritários no Estudo.

A transição energética em geral pode contribuir com mais oportunidades de investimentos e efeito multiplicador sobre a indústria e a economia brasileira. Igualmente, medidas de disseminação de fontes energéticas sustentáveis para comunidades menos favorecidas, privilegiando o uso de conteúdo local, podem unir aspectos produtivos, tecnológicos e sociais importantes para nossa sociedade.

Na descarbonização, a bioeconomia, em especial a bioindústria, pode ser um diferencial para a economia brasileira, que detém conhecimento acumulado, estrutura produtiva competitiva e vantagens frente a outras economias.

Ainda deve a pesquisa debruçar-se sobre eventuais propostas de reindustrialização, transição energética e descarbonização feitas pelo Poder Executivo, ao longo da elaboração do Estudo, mantendo também interlocução com representantes governamentais de diversas áreas e representantes de associações empresariais, de trabalhadores, da academia e da sociedade civil.

Dessa maneira, o Estudo proposto sobre reindustrialização deve aprofundar a discussão sobre setores industriais específicos e tecnologias

³ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Perfil da indústria brasileira**. Brasília, 9 de fevereiro de 2023.

transversais, a relação da indústria com serviços e agricultura e os desafios produtivos, energéticos, ambientais e tecnológicos da indústria brasileira, para contribuir para o planejamento de uma reindustrialização sob bases novas, que seja tecnologicamente avançada e ambiental e socialmente e sustentável.

São apresentados a seguir neste Plano de Trabalho alguns elementos centrais e o cronograma da proposta de Estudo Reindustrialização brasileira no contexto da transição energética e da descarbonização.

II. ELEMENTOS DO ESTUDO E CRONOGRAMA

- 1. Estudo: Reindustrialização brasileira no contexto da transição energética e da descarbonização.**

- 2. Objetivo geral:** discussão sobre setores industriais específicos e tecnologias transversais, a relação da indústria com serviços e agricultura e os desafios produtivos e tecnológicos setoriais da indústria brasileira, para contribuir para o planejamento de uma reindustrialização sob bases novas, que seja tecnologicamente avançada e ambiental e socialmente e sustentável.

- 3. Eixos principais:**
 - a. Contextualização da economia mundial e da situação econômica e social brasileira:** levantamento de informações e estatísticas sobre a economia mundial e políticas de industrialização ou reindustrialização nas principais economias e sobre a situação econômica e social brasileira, especialmente na indústria.
 - b. Avaliação de políticas setoriais recentes:** análise das políticas econômicas e das políticas setoriais recentes com impacto sobre a indústria, a transição energética e a descarbonização.
 - c. Condições macroeconômicas para a reindustrialização:** exame da criação de condições macroeconômicas favoráveis à reindustrialização com transição energética e descarbonização.

- d. **Setores industriais:** avaliação da trajetória produtiva e tecnológica recente dos setores industriais, em perspectiva comparada, para exame também de potencialidades de recuperação de elos produtivos estratégicos e de expansão de setores com maior impacto econômico e social.
- e. **Novas tecnologias, transição energética e descarbonização:** pesquisa sobre tecnologias promissoras para a reindustrialização com transição energética e descarbonização, comparando com práticas internacionais das principais economias.
- f. **Financiamento:** políticas de crédito livre e direcionado por meio de sinergias entre o setor privado e o setor público, para o desenvolvimento produtivo e o estímulo à reindustrialização no contexto da transição energética e da descarbonização.

4. Objetivos específicos:

- a. Examinar as políticas industriais das principais economias e os instrumentos que têm sido utilizados atualmente;
- b. Identificar setores industriais promissores para o desenvolvimento econômico e social brasileiro, com vistas à reindustrialização sob melhores bases no contexto da transição energética e da descarbonização.
- c. Sugerir diretrizes para a política industrial brasileira no contexto da transição energética e da descarbonização.
- d. Identificar as necessidades de atualização da legislação pertinente e de nova legislação para o objetivo da reindustrialização nos moldes delineados;
- e. Apontar os encadeamentos produtivos setoriais e os efeitos multiplicadores da indústria sobre outros setores.
- f. Analisar as necessidades de crédito para a indústria, para tecnologias associadas à transição energética e à descarbonização industrial e para atividades com impacto no setor.
- g. Identificar as possibilidades de aumento do investimento público e privado na transição energética em geral puxada pela indústria.

- h. Identificar as possibilidades de aumento do investimento público e privado na descarbonização na economia brasileira puxada pela indústria, especialmente por meio da bioeconomia e a bioindústria.
- i. Sugerir políticas para a disseminação de energias renováveis entre comunidades carentes e a população mais pobre.

5. Atividades a serem desenvolvidas:

- a. Ciclos de debates com especialistas;
- b. Reuniões periódicas;
- c. Audiências públicas;
- d. Acompanhamento das proposições legislativas e das políticas públicas relacionadas ao tema;
- e. Realização de *webinares* com especialistas;
- f. Convite para artigos; e
- g. Publicação dos principais achados e conclusões sobre o objetivo principal.

6. Cronograma para a realização do estudo

Período de realização dos trabalhos: **agosto de 2023 a dezembro de 2024**, que compreenderá:

- a. Realização de Ciclo de Debates mediante **Audiências Públicas**: agosto/2023 a maio/2024.
- b. **Conceituação inicial do estudo**, seleção de parâmetros, de referências bibliográficas nacionais e internacionais e de estudos com temática semelhante e apresentação da metodologia: agosto a dezembro/2023.
- c. **Levantamento da legislação** na temática aprovada em anos recentes e das proposições em tramitação no Congresso Nacional: agosto/2023 a maio/2024.
- d. Realização de **Seminário internacional**: maio/2024.
- e. **Chamada a contribuições externas**: fevereiro a junho/2024.
- f. **Recebimento das contribuições externas**: junho a agosto/2024.
- g. **Análise das contribuições externas e apresentação das principais conclusões**: agosto a novembro/2024;

h. **Apresentação do texto final para aprovação:** dezembro/2024.

7. Consultores responsáveis pela elaboração do Plano de Trabalho e designados para o assessoramento do estudo

- Pedro Garrido da Costa Lima (Consultor Legislativo da Área IX - Política e Planejamento Econômicos, Desenvolvimento Econômico e Economia internacional).

- Henrique Paranhos Sarmiento Leite (Consultor Legislativo da Área XI - Meio Ambiente e Direito Ambiental, Organização Territorial, Desenvolvimento Urbano e Regional).

- Juliano Vilela Borges dos Santos (Consultor Legislativo da Área XII - Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos)